

16. EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA" – CONCURSO PÚBLICO Nº CPE.21.21.DMOSM:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, proposta de abertura de procedimento de formação de contrato – Concurso público – Contratação: Empreitada de "Requalificação e Ampliação da Escola Básica de Nogueira", tudo com fundamento nas informações técnicas da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM), que se anexam.

DELIBERAÇÃO:

Remeta-se ao Sr. Presidente.

A diretora da DMOSM,

*2024/07/08***Despacho:**

O Presidente,


(Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio)**PROPOSTA DE PROCEDIMENTO: CONCURSO PÚBLICO N.º CPE.21.21.DMOSM****ORGÃO COMPETENTE PARA A DECISÃO DE CONTRATAR:** Câmara Municipal de Braga**PROPOSTA DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE FORMAÇÃO DE CONTRATO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Plataforma eletrónica: WWW.ACINGOV.PT

Contratação: Empreitada de “REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DE NOGUEIRA”.

Vocabulário CPV: 45453000-7 - Obras de revisão e recuperação	Prazo máximo de execução: 18 MESES	Preço Base: €2.960.546,13
---	---	--

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução da obra apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara, justificada na informação técnica que se anexa, cujo preço contratual estimado é de **€2.960.546,13 (dois milhões novecentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e seis euros e treze cêntimos)**, ao qual acrescerá o IVA à taxa legal em vigor e dado que a entidade adjudicante não dispõe de

recursos próprios adequados à realização interna das prestações que integram o conteúdo essencial do contrato pretendido celebrar, submete-se à consideração superior, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, a presente proposta que visa **obter autorização para a referida contratação**, propondo-se ainda o seguinte:

1. A não contratação por lotes, apesar do preço contratual estimado ser superior a €500.000,00, uma vez que as prestações a abranger pelo respetivo objeto são técnica e funcionalmente incindíveis.

2. Peças do procedimento

Aprovação das peças do procedimento a seguir identificadas:

- i. Programa do procedimento;
- ii. Caderno de encargos;
- iii. Porque o procedimento se destina à formação de um contrato de empreitada, o caderno de encargos é integrado por um projeto de execução, conforme impõe o artigo 43.º, n.º 1 do *Código dos Contratos Públicos*, incluindo o Plano de Faseamento e Sinalização de Obra.

3. Parâmetro base

O parâmetro base compreendido no caderno de encargos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 42.º do *Código dos Contratos Públicos*, é o seguinte:

O preço base do procedimento é **€2.960.546,13 (dois milhões novecentos e sessenta mil, quinhentos e quarenta e seis euros e treze cêntimos), (sem IVA)**, significando este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

O preço base foi definido pela entidade adjudicante com recurso a consultas informais ao mercado, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos*.

4. Prazo para apresentação das propostas

Para a apresentação das propostas, será fixado o prazo de 30 dias a contar do envio para publicação do anúncio no *Diário da República*.

5. Designação do júri do procedimento

O Júri do procedimento, terá a composição a seguir indicada, anexando-se à presente as declarações subscritas pelos membros propostos de inexistência de impedimento para assumir as funções indicadas, nos termos previstos no artigo 67.º, n.º 5 do *Código dos Contratos Públicos*:

Membros efetivos:**Membros suplentes:**

5.1. Que nas suas faltas e impedimentos o Presidente do júri seja substituído pelo membro efetivo: Ana Martins.

6. Gestão do contrato

A gestão do contrato, nos termos previstos no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos, que assegurará o permanente acompanhamento da sua execução, será confiada à Eng.ª a desempenhar funções no Departamento Municipal de Obras Municipais, estrutura que, na entidade adjudicante, assegura a gestão funcional dos interesses a que o objeto do contrato visa responder.

7. Delegação de competências

Que ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 109.º do CCP, sejam delegadas no Júri ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM) as seguintes competências:

- Proceder a todas as formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica, desde o início até à respetiva conclusão;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, nos termos do art.º 66.º do CCP;
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º e artigo 116.º ambos do CCP;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos e respetivas notificações;
- Proceder ao envio de todas as notificações necessárias ao procedimento.

8. Adjudicação da empreitada

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o regulamento de análise das propostas, definido no Anexo VI do programa de concurso, por ponderação dos fatores e subfatores, a seguir indicados:

Fatores		Subfatores		Ponderação	
Preço			70%		100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	30%		
	Programa de trabalhos	50%			

9. Cabimento orçamental

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento n.º 61353 de 07/07/2021.

7 de julho de 2021

Pelos Serviços da DMOSM,